

GESTÃO DO ENSINO POLICIAL MILITAR: O PROCESSO AVALIATIVO DO MBA EM POLÍCIA OSTENSIVA DA PMGO

MANAGEMENT OF MILITARY POLICE TEACHING: THE IMPROVING PROCESS OF THE MBA IN SUSTAINABLE POLICE OF PMGO

OLIVEIRA, Jenaina Sandim de¹
SANCHES, Clives Pereira²

RESUMO

O presente trabalho é um estudo referente à avaliação discente aplicada nas disciplinas do *Master Business Administration* (MBA) em Gestão de Polícia Ostensiva do Curso de Formação de Oficiais, ministrado no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, no ano de 2017. Identificou os procedimentos de avaliação adotados, verificando a coerência entre a proposta curricular e os procedimentos de avaliação utilizados conforme a percepção do aluno e do professor e se os instrumentos utilizados são compatíveis com a justificativa e os objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso. Partiu de uma pesquisa de caráter exploratório, realizando uma abordagem comparativa apoiada na revisão de literatura além da análise do Regimento de Ensino e Projeto Pedagógico do Curso vigentes, em conjunto com o tratamento e análise dos dados coletados através de questionário disponibilizado aos professores e alunos. Para os docentes, o questionário foi encaminhado via *e-mail*, obtendo as respostas pelo mesmo meio enquanto que, com os alunos, a ferramenta foi impressa e entregue ao respondente. Concluiu-se que a avaliação discente utilizada atualmente é baseada no exame e voltada para o ensino tradicional, porém, é possível obter mais eficiência no exercício da atividade de gestão como reflexo da verificação de aprendizagem no curso, passando da abordagem tradicional das teorias pedagógicas modernas para as mais avançadas, conferindo autonomia ao professor para que utilize técnicas e instrumentos avaliativos da educação contemporânea que contribuam ativamente para a aprendizagem dos futuros gestores.

Palavras-Chave: Avaliação discente. Polícia Militar. *Master Business Administration*. Instrumentos avaliativos.

ABSTRACT

The present work is a study about the student evaluation applied in the subjects of the Master Business Administration (MBA) in Management of Ostensiva Police of the Course of Training of Officers, ministered in the Command of the Academy of Military Police of Goiás, in the year of 2017. Evaluation procedures adopted, verifying the coherence between the curricular proposal and the evaluation procedures used according to the student's and the teacher's perception and if the instruments used are compatible with the justification and objectives proposed in the Pedagogical

Aluna do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), jenainasandim@gmail.com.br, Goiânia – GO, abril de 2018.

² Professor orientador: Especialista professor do programa de Pós-graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM), clives.sanches@gmail.com.br, Goiânia – GO, abril de 2018.

Project of the Course. It was based on an exploratory research, with a comparative approach based on the literature review, in addition to the analysis of the Teaching Regiment and Pedagogical Project of the Course, together with the treatment and analysis of the data collected through a questionnaire made available to teachers and students. For the teachers, the questionnaire was sent by e-mail, obtaining the answers by the same means while, with the students, the tool was printed and delivered to the respondent. It was concluded that the student evaluation currently used is based on the exam and focused on traditional teaching, but it is possible to obtain more efficiency in the exercise of the management activity as a reflection of the verification of learning in the course, passing from the traditional approach of modern pedagogical theories for the more advanced ones, granting autonomy to the teacher to use techniques and evaluation instruments of contemporary education that contribute actively to the learning of the future managers.

Key Words: Student evaluation. Military Police. Master Business Administration. Evaluation instruments.

1 INTRODUÇÃO

O Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM) do Estado de Goiás é, tradicionalmente, a instituição responsável por formar e especializar os Policiais Militares em seus mais diversos níveis. No ano de 2017 o CAPM se tornou a primeira Unidade de Ensino Policial Militar do país a contar com cursos de especialização *latu sensu* na formação de oficiais e praças.

Neste contexto, este estudo objetiva identificar os procedimentos de avaliação das disciplinas do *Master Business Administration* (MBA) em Gestão de Polícia Ostensiva do Curso de Formação de Oficiais, ministrado no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), no ano de 2017.

Especificamente, busca verificar a coerência entre a proposta curricular e os procedimentos de avaliação utilizados conforme a percepção do aluno e do professor; e, também, estudar se os instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados são compatíveis com a justificativa e os objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Buscou-se relatar brevemente a história e o papel do CAPM na formação e Aperfeiçoamento dos policiais militares do Estado de Goiás, analisando e comparando a avaliação prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o atual regimento de ensino (RE) da referida escola.

O estudo parte de uma pesquisa exploratória sobre o tema. Foi realizada uma abordagem dedutiva apoiada na revisão literária de artigos científicos, livros,

leis e regulamentos, além da análise do RE e PPC vigentes. Os dados foram coletados através de questionário composto por questões abertas (qualitativo) e fechadas que receberam tratamento quantitativo.

A escolha do tema em questão deu-se pela necessidade de discutir reflexivamente a referida temática de analisar o método avaliativo adotado e visualizar novas possibilidades de acordo com as tendências pedagógicas contemporâneas, contribuindo assim, com a qualidade da formação profissional do Oficial.

Para Sanches (2008, p. 21), é urgente a adequação do sistema educacional vigente na Polícia Militar de Goiás à realidade atual.

Faz-se necessário analisar o processo avaliativo que vem sendo utilizado no CAPM, especificamente nas disciplinas do MBA, a fim de verificar se a avaliação do rendimento da aprendizagem é capaz de avaliar formativamente e condicionar a uma aprendizagem significativa do policial militar, tomando por referência institutos nacionais e estaduais de renome na área de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e suas estratégias de ensino-aprendizagem.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 BREVE HISTÓRICO DO CAPM E A EVOLUÇÃO DO ENSINO NA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

O Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM), com sede na cidade de Goiânia – GO, foi criado através do Decreto-Lei nº. 3.286, de 11 de junho de 1940. É uma unidade escolar da Polícia Militar do Estado de Goiás, responsável pelos processos de formação e aperfeiçoamento dos policiais militares. (PEREIRA, 2012).

A busca constante por capacitação levou à evolução do ensino policial militar oferecido no CAPM. Com a adequação dos cursos à Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), percebe-se evolução nas ações formativas dos profissionais de segurança pública.

Em linhas gerais apontamos breve trajetória do ensino na Polícia Militar de Goiás. Pereira (2014), ao escrever sobre o primeiro curso de formação policial militar de Goiás, conta que desde 1924 existia uma Escola Regimental para

alfabetizar a tropa. Com o decorrer do tempo, vários níveis de escolaridade foram sendo exigidos para ingresso na Corporação. A Lei nº. 14851, de 22/07/2004, passou a exigir, para ingresso no Quadro de Oficiais da PMGO, o título de Bacharel em Direito. Nos anos de 2002 e 2005, em parceria com a Universidade Estadual de Goiás (UEG), o CAPM formou vinte turmas de praças, no Curso Superior de Formação Específica em Gestão de Segurança Pública e, a partir de 2008, a Lei nº. 16303/2008, estabeleceu como requisito para a inclusão na carreira de Praças, ter concluído curso superior, até então o requisito para ingresso na corporação era ter o ensino médio completo.

Com a exigência de ensino superior para as praças e formação específica para os oficiais já na inclusão criou-se a necessidade de especializar a tropa a um nível mais elevado. De início, as pós-graduações ocorriam sempre em parceria com diversas Instituições de Ensino Superior: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO), Universidade Federal de Goiás (UFG), e, a Faculdade Serra da Mesa (FASEM), ofereceram especializações para a PMGO. A partir do ano de 2015 a Universidade Estadual de Goiás (UEG) passou a formar uma turma por ano do Curso de Altos Estudos em Segurança Pública Lato Sensu e do Curso de Especialização e Gerenciamento em Segurança Pública Lato Sensu, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), (GOIÁS, 2017a).

No último ano a Resolução nº 50 de 2017 do Conselho Estadual de Educação, (GOIÁS, 2017b, p.1), credenciou e autorizou os Cursos de Especialização em “Polícia e Segurança Pública” e MBA em “Gestão de Polícia Ostensiva”, tendo o CAPM se tornado escola de Pós-graduação da PMGO.

2.2 COMPARATIVO ENTRE A AVALIAÇÃO DISCENTE NA LDB E NO RE

A LDB, Brasil (1996), apresenta a base legal no que tange a avaliação de aprendizagem no Brasil. A Lei em seu artigo 24, estabelece quais são os critérios que deverão ser observados na verificação do rendimento escolar. A alínea “a” do referido artigo estabelece como critério, a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno. Colocando que devem prevalecer aspectos qualitativos em face dos quantitativos, considerando os resultados ao longo de todo o período e não somente em provas finais. A lei estabelece claramente que a avaliação deve ser realizada de maneira sistêmica, levando em consideração o progresso do estudante e suas particularidades.

Referente ao ensino militar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Brasil (1996), prevê no artigo 83 que: “O ensino militar é regulado em lei específica admitida a equivalência de estudos de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino”.

No CAPM, o Regimento de Ensino apresenta os objetivos da avaliação do rendimento da aprendizagem:

- Art. 44 A avaliação da aprendizagem tem por objetivo:
- I - Propiciar a **visão do constante** aperfeiçoamento do aluno;
 - II - **Expressar o rendimento** do ensino;
 - III - Permitir à direção do estabelecimento de ensino:
 - a) **Identificar falhas no planejamento ou execução** do ensino;
 - b) **Corrigir**, em tempo útil, **o processo ensino-aprendizagem** para assegurar a consecução dos objetivos previstos;
 - c) **Quantificar o aproveitamento** do aluno em cada disciplina do curso;
 - d) **Selecionar e classificar** os alunos. (GOIÁS, 2017c, p. 22, *negrito nosso*).

Ao contrário da LDB, o Regimento de ensino apresenta uma limitação nos instrumentos de medida do rendimento da aprendizagem, prevendo apenas verificação escrita, oral e prática ou de execução. No art. 46 (GOIÁS, 2017c, p. 24) ele ainda prevê a obrigatoriedade de aplicação de verificações de rendimento da aprendizagem.

2.3 EXAMINAR OU AVALIAR

A avaliação ocupa lugar de destaque nas discussões contemporâneas sobre o processo ensino/aprendizagem. Os conceitos formulados são vários e podem ser entendidos de diversas formas, seja por uma análise voltada para o ato de examinar ou avaliar. Nesse entendimento, Luckesi (2005), em entrevista por ocasião da Conferência: Avaliação da Aprendizagem na Escola, afirma que “a escola hoje ainda não avalia a aprendizagem do educando, mas sim o examina, ou seja, denominamos nossa prática de avaliação, mas, de fato, o que praticamos são exames”.

Na mesma entrevista o professor Luckesi, considera algumas características básicas do ato de examinar em contraponto ao ato de avaliar, para ele o exame escolar opera da seguinte forma:

Em primeiro lugar, eles operam com desempenho final. Ao processo de exame não interessa como o respondente chegou a essa resposta, importa somente a resposta. [...] os exames são pontuais, o que significa que não

interessa o que estava acontecendo com o educando antes da prova, nem interessa o que poderá acontecer depois. [...] Os exames são cortantes, na medida que só vale o aqui e o agora [...]. São classificatórios, ou seja, eles classificam os educandos em aprovados ou reprovados, ou coisa semelhante, estabelecendo uma escala classificatória com notas que vão de zero a dez. [...] são seletivos ou excludentes [...] colocam nas mãos do sistema de ensino e, conseqüentemente do professor, um instrumento pedagógico que pode ser utilizado autoritariamente; e historicamente assim ele tem sido usado. (LUCKESI, 2005).

Do outro lado temos a avaliação. Retomando a entrevista com o professor Cipriano Carlos Luckesi, referenciada anteriormente, compreende-se a postura democrática que a avaliação exige do professor e do sistema de ensino nos dias atuais. Ele aponta as características da avaliação em oposição às características do exame.

A avaliação opera com desempenhos provisórios, na medida em que ela subsidia o processo de busca dos resultados os melhores possíveis. Para um processo avaliativo-constructivo, os desempenhos são sempre provisórios ou processuais. [...] avaliação é não-pontual, diagnóstica e inclusiva [...] à avaliação interessa o que estava acontecendo antes, o que está acontecendo agora e o que acontecerá depois com o educando, na medida em que a avaliação da aprendizagem está a serviço de um projeto pedagógico constructivo, que olha para o ser humano como um ser em desenvolvimento, em construção permanente. Para um verdadeiro processo de avaliação, não interessa a aprovação ou reprovação de um educando, mas sim sua aprendizagem e, conseqüentemente, o seu crescimento. (LUCKESI, 2005).

Daí a importância da avaliação sistematizada e contínua, que estimula o aluno a produzir seu conhecimento, identificando suas limitações e potencialidades.

2.4 OS TIPOS, AS TÉCNICAS E OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Bloom (1993) apresenta três tipos ou funções da avaliação: diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e somativa (classificatória).

A avaliação diagnóstica, segundo Santos (2005 p. 24), é aquela que ajuda a detectar o aprendizado que cada aluno obteve nos períodos anteriores, sendo que o professor só introduzirá novos conteúdos depois de verificar a bagagem cognitiva do aluno. A avaliação formativa de acordo com Blaya (2004) é aquela que se preocupa em coletar dados que reorientem o processo ensino-aprendizagem. Assim, não deve exprimir-se através de uma nota e sim por comentários. Proporciona ao aluno estímulo para continuar na busca do conhecimento. No que tange à avaliação somativa, Wachowicz e Romanowski (2003) colocam que a avaliação somativa é a abordagem tradicional, onde o professor é o centro, verifica o desempenho dos

alunos de acordo com os objetivos de ensino estabelecidos no plano. Utilizam testes e provas para examinar os resultados obtidos, através de registro quantitativo. Este tipo de avaliação acaba sendo o mais adotado pela praticidade que oferece, e nos cursos do CAPM é o tipo de avaliação que prevalece.

Para garantir a eficiência e eficácia de um sistema avaliativo, faz-se necessário conjugar todos os tipos de avaliações. Quando um modo de avaliar não corresponde a evolução do método é necessário modificá-lo e isso envolve mudanças e quebras de paradigmas. Quando falamos em processo avaliativo, há uma infinidade de técnicas e instrumentos que poderão ser utilizados. Existem seis técnicas básicas (Observação, Inquirição, Pesquisa, Auto-avaliação, Portfólio e Testagem, além de vários instrumentos de avaliação conforme podemos verificar no Anexo I.

Estes são alguns exemplos do amplo rol de possibilidades de avaliação discente que são opções à estratégia restrita da prova. Para vários teóricos da área de metodologia da educação superior, (CASEIRO e GEBRAN, 2008; GIL, 2009; LORDÊLO, ROSA e SANTANA, 2010; LOWMAN, 2004; MASETTO, 2003 apud BISPO, 2015), o uso dessas técnicas proporciona uma avaliação processual e educativa, onde o discente é obrigado a acompanhar os discentes mais de perto, respondendo às demandas da disciplina durante todo o processo e não apenas na prova final, permitindo identificar correções necessárias no desenrolar da disciplina.

Essas alternativas são avaliações processuais, ou seja, o aluno deve ter participação efetiva nas aulas e produzir materiais parciais durante a disciplina, para que seja possível construir ativamente o conhecimento.

2.5 COMPARATIVO DAS AVALIAÇÕES DISCENTES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO E NO MBA

Como anteriormente citado, o CAPM é a primeira Unidade de Ensino Policial Militar do país a contar com cursos de especialização *latu sensu* na formação de oficiais e praças. Segue o levantamento aleatório de algumas instituições de ensino militares que oferecem cursos de especialização *stricto sensu* e como tratam a avaliação discente nesse contexto, bem como de instituições de especialização em Goiás, bem qualificadas pelo Ministério da Educação (MEC), em pesquisa através do site oficial.

1. Escola de Guerra Naval - Regulamento do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos Marítimos

Art. 37 - O rendimento do aluno em cada disciplina será **avaliado continuamente pelo professor** responsável pela mesma e por trabalho de conclusão de disciplina, sujeito aos seguintes conceitos: A – Excelente; B- Muito Bom; C- Bom; D- Deficiente; E- Reprovado. (BRASIL, 2013a, p.15, *negrito nosso*).

2. Instituto Militar de Engenharia (IME) - Normas internas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do IME

f) O professor de cada disciplina atribui, a cada aluno, um conceito indicador do seu aproveitamento, **baseando-se em resultados obtidos nos trabalhos elaborados para julgamento e em seu desempenho acadêmico no transcorrer do período letivo.** g) A avaliação por disciplina obedece a uma escala em cinco faixas de aproveitamento, conceitos identificados pelas letras A, B, C, D, e E. Para cômputo de CR e para uma apreciação quantitativa, quando necessário, os conceitos correspondem, respectivamente, aos valores 4, 3, 2, 1 e 0. (BRASIL, 2011, *negrito nosso*).

3. Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) - Normas reguladoras para os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* do ITA

7.2 APROVEITAMENTO EM DISCIPLINA

7.2.1 A verificação do aproveitamento escolar em disciplinas pode ser feita, **a critério do professor, por meio de provas, exercícios, trabalhos práticos e projetos.** (BRASIL, 2013b, p. 27, *negrito nosso*).

4. Instituto de Pós-graduação e graduação (IPOG) - Manual do aluno de pós-graduação *latu sensu*

O desempenho do aluno, em cada módulo/disciplina, será verificado por meio de processo avaliativo, **sob autonomia do professor.** Para aprovação, o aluno deverá obter em cada módulo/disciplina, nota mínima 7,0 (sete), bem como frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento). (GOIÁS, 2016, *negrito nosso*).

Para Pedro Demo (2011, p. 20): “Primeiro é essencial desfazer a noção de aluno como sendo alguém subalterno, tendente a ignorante, que comparece para escutar, tomar nota, engolir ensinamentos, fazer provas e passar de ano”. As instituições citadas já demonstram em seus regulamentos a visão de educar pela pesquisa do conhecimento, dando autonomia ao professor na aplicação dos procedimentos avaliativos.

No que tange ao PPC do CAPM, a justificativa, a metodologia e o sistema de avaliação do curso contemplam:

[...] **metodologias de ensino ativo como modelos de referência para gerar situações de aprendizagem** [...]

1.13 METODOLOGIA

Os alunos serão avaliados **através de provas e trabalhos a cada disciplina, a critério dos professores e da coordenação.**(...)

1.15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

e) Na disciplina com até 39 (trinta e nove) horas aulas **será uma aplicada uma verificação de aprendizagem;**

f) Na disciplina com até 50 (cinquenta) horas aulas, **serão aplicadas duas verificações de aprendizagem, sendo que na verificação final será abordado todo conteúdo previsto.** Para cálculo da média desta disciplina a 1ª verificação terá peso 1 e a verificação final peso 2, valores que irão compor a média ponderada que estabelecerá a nota final; (GOIÁS, 2017d, *negrito nosso*).

De acordo com Salomão (2016), a metodologia de ensino ativo só é bem realizada pelo professor que “sai de cena” e deixa o aluno ser protagonista.

Há ainda uma norma interna: Orientações Gerais para a elaboração de avaliações, oriunda da Seção Técnica de Ensino (STE): “Trabalhos, pesquisas e apresentações, poderão compor em até 20% do valor da verificação”. Esta orientação não consta no PPC, mas é aplicada, também, nas disciplinas do MBA. As avaliações são elaboradas pelos professores e encaminhadas para a Seção Técnica de Ensino do CAPM, onde é verificada a conformidade com as normas vigentes. Importante ressaltar que a maioria das instituições de ensino possuem normas quanto à elaboração de avaliações, todavia, não é comum limitar percentual para trabalhos, onde a forma de avaliar fica sob autonomia do professor., que faz o julgamento necessário quanto a melhor forma de avaliação para sua disciplina.

3 METODOLOGIA

Este estudo parte de uma pesquisa de caráter exploratório que objetiva identificar os procedimentos de avaliação das disciplinas do *Master Business Administration* (MBA) em Gestão de Polícia Ostensiva do Curso de Formação de Oficiais, ministrado no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), no ano de 2017.

Foi realizada uma abordagem comparativa apoiada na revisão de literatura de artigos científicos, livros, leis e regulamentos, além da análise do RE e PPC vigentes no CAPM, para verificar a coerência entre a proposta curricular e os

procedimentos de avaliação utilizados conforme a percepção do aluno e do professor, e, também, estudar se os instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados são compatíveis com a justificativa e os objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso.

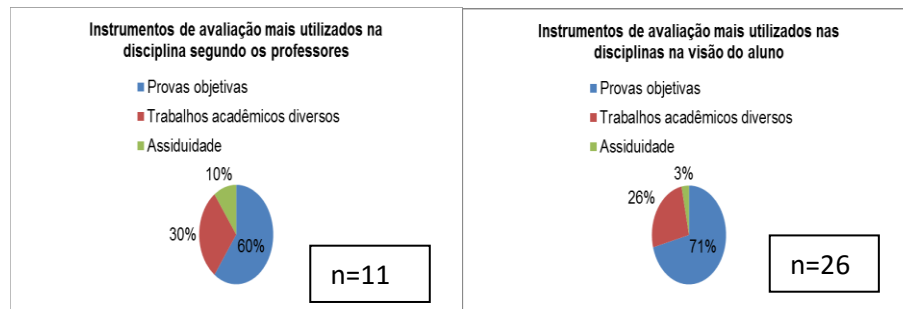
Para tanto, foi disponibilizado questionário presencial para resposta, entregue impresso em sala de aula, juntamente com esclarecimentos referente ao PPC, que deverá ser devolvido em 48 (quarenta e oito) horas após a distribuição, para 25 (vinte e cinco) dos 26 (vinte e seis) cadetes do 2º ano do Curso de Formação de Oficiais da PMGO, que cursam o MBA no período pesquisado, sendo que as eventuais dúvidas puderam ser sanadas presencialmente quando da entrega do questionário. Ainda, foi aplicado o questionário para 11 (onze) professores das disciplinas constantes no Projeto Pedagógico do Curso, encaminhado via *e-mail*, juntamente com os esclarecimentos e mesmo prazo para resposta, sendo que as dúvidas puderam ser sanadas, também, por *e-mail*.

Os questionários foram compostos de 18 (dezoito) questões mistas, abertas e fechadas, pré-testadas aleatoriamente por um professor e um aluno do MBA. As questões fechadas receberam tratamento quantitativo, utilizando o programa *MSEXcel* para formulação de gráficos, demonstrando os resultados dos dados coletados. As questões abertas foram tratadas qualitativamente em estudo comparativo com os autores constantes na revisão literária, bem como com os regulamentos e normas apresentados na pesquisa, onde 25 (vinte e cinco) alunos e 9 (nove) professores retornaram as respostas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à identificação dos instrumentos de avaliação discente e de resultados do processo ensino-aprendizagem, houve, na maioria das respostas, correspondência com o tipo de avaliação obrigatória apontada no PPC, ou seja, provas objetivas.

Gráfico 1 – Instrumentos de avaliação identificados

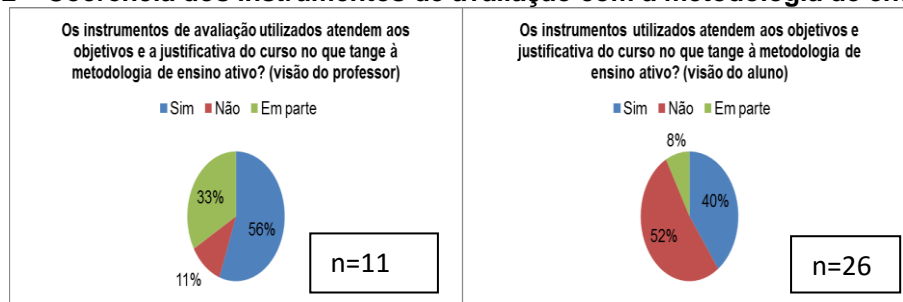


Fonte: (O autor, 2018).

Essa técnica encontra-se ancorada em abordagens pedagógicas tradicionais e comportamentalistas, conforme estudado na revisão de literatura.

Na visão de mais da metade dos alunos, o estudo verificou que os instrumentos de avaliação adotados tendem a propostas pedagógicas tradicionais, com poucas experiências inovadoras que permitem a participação efetiva do estudante, portanto, não correspondem à metodologia de ensino ativo proposta no PPC, conforme Salomão (2016).

Gráfico 2 – Coerência dos instrumentos de avaliação com a metodologia de ensino ativo



Fonte: (O autor, 2018).

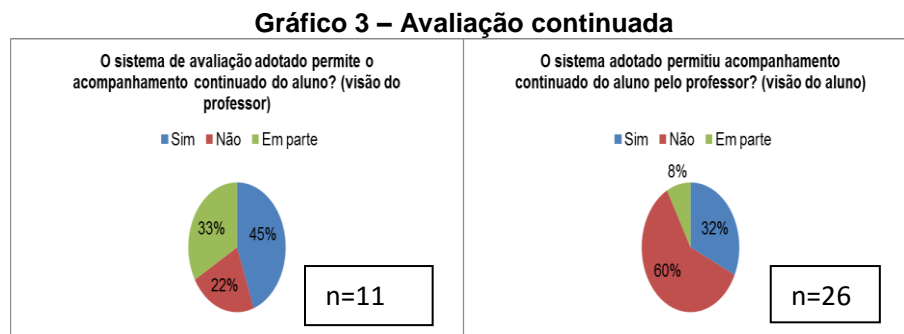
Foram apresentadas algumas justificativas como: 1. “Os meios utilizados não propiciam o aprendizado, apenas o ato de decorar o conteúdo temporariamente para a prova”. 2. “Os instrumentos não visam a aplicação prática, pois as avaliações são totalmente “decorebas”, quem decora melhor pontua mais”.

Já para 56% dos professores, os instrumentos avaliativos atendem à metodologia de ensino ativo, o que pode ser justificado pelas respostas subjetivas dadas à essa questão, onde em 4 (quatro) disciplinas Estatística Aplicada à Segurança Pública, Gerenciamento de Projetos, Gestão da qualidade e Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos, os professores desenvolveram atividades em sala que correspondem à esta metodologia, tais como: desenvolvimento de projetos durante todo o curso, com atividades práticas todas as aulas, produção de vídeos,

apresentação em sala de aula, etc. No mesmo sentido, a disciplina de metodologia, apesar de não citada pelos alunos, desenvolveu trabalho correspondente à metodologia ativa, ao avaliar o discente em várias etapas durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Os professores que responderam “não” ou “em parte” apresentaram algumas justificativas: 1. “Como se trata de um MBA creio que outros métodos de avaliação poderiam ser inseridos, principalmente aqueles que incentivam a pesquisa e promovem de maneira mais positiva a aprendizagem”. 2. “Porque o processo avaliativo é contínuo e dinâmico, vivenciado diariamente pelo docente e discentes, e não apenas através de instrumentos”.

No que tange à avaliação continuada, mais de 60% dos alunos responderam “não” ou “em parte”, apresentando justificativas como: 1. “Falta de compatibilidade de tempo”. 2. “Não é possível o acompanhamento continuado em razão de grande quantidade de alunos orientados”. 3. “O professor não se volta a avaliar diariamente o aluno, deixando a responsabilidade de um bom desempenho para o aluno em provas teóricas e/ou práticas”.



Fonte: (O autor, 2018).

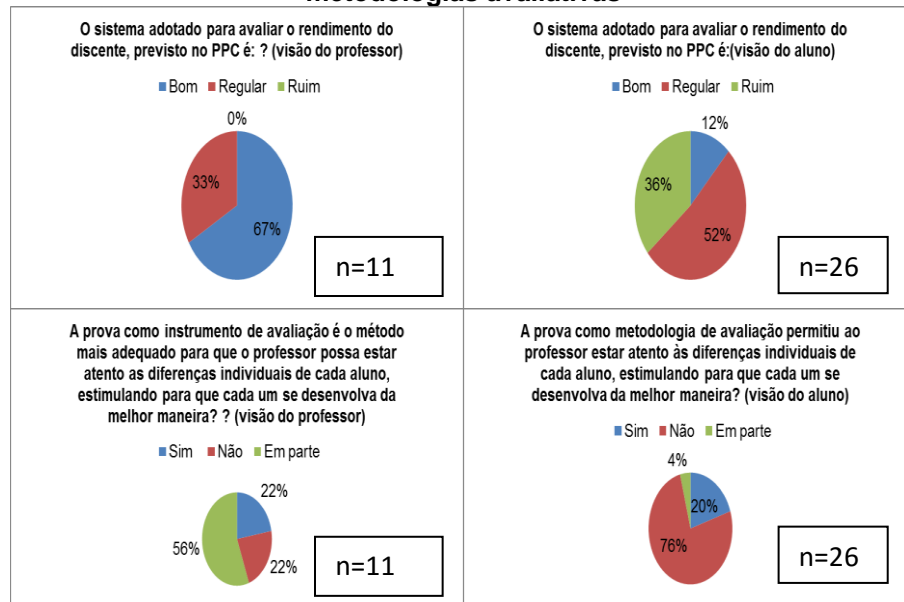
No mesmo sentido mais de 50% dos professores responderam “não” ou “em parte”, apresentando tais justificativas: 1. “Porque somente no momento da correção da prova haverá o diagnóstico de quais foram as lacunas de aprendizagem apresentadas e, como a prova é aplicada após esgotar o conteúdo, não é possível uma recuperação”. 2. “Especificamente no CFO 2 foi possível ter autonomia em face da quantidade de alunos (26). Isso permite um acompanhamento cotidiano de cada estudante, além de ser possível acondicionar toda a turma no laboratório de informática para realização de tarefas no computador de forma individual. Já nas turmas de primeiro ano (CFO 1), a quantidade de alunos por turma (superior a 50), torna o acompanhamento individualizado uma tarefa inviável, além de não ser possível avaliar de forma prática e individual com os recursos disponíveis”. 3.

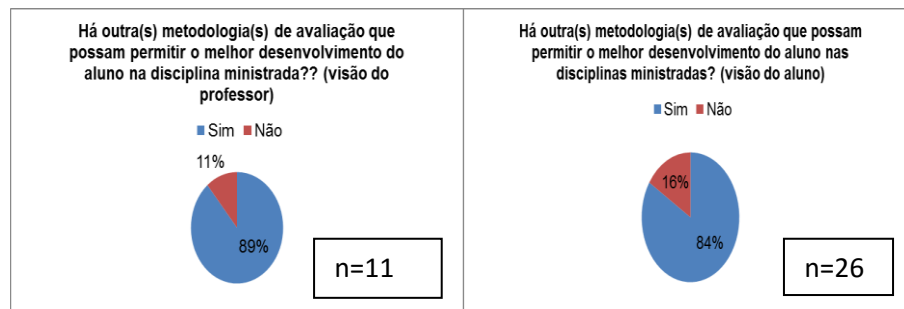
“Porque o professor elabora duas provas em uma disciplina de 40 horas. Então não tem como acompanhar do início ao fim. Seriam necessários um trabalho a cada término de módulo”.

No quesito autonomia na realização das avaliações, mais da metade dos professores responderam “não” ou “em parte”. Segue algumas justificativas: 1. “Existe a exigência de todas as provas serem encaminhadas com antecedência a STE, e existe uma normativa de como a prova deve ser elaborada”. 2. “Devido a essa concorrência, evitando assim que haja reclamação e recurso de nota por parte do discente”. No mesmo sentido, 88% dos alunos responderam “não” ou “em parte” para autonomia do professor, apresentando justificativas como: 1. “As diretrizes da APM interferem nos métodos de avaliação adotados pelos professores”. 2. “Deve seguir o padrão estabelecido pela instituição, o que dificulta implantar o melhor método de avaliação para a disciplina”.

Na análise conjunta do gráfico 4, nota-se que a maioria dos professores, mesmo considerando o sistema adotado (obrigatoriedade de provas) como “bom” não consideram a prova como meio mais adequado para verificação da aprendizagem, visualizando muitas outras metodologias que poderiam ser avaliadas, proporcionando melhor aprendizagem em suas disciplinas.

Gráfico 4 – Grau de aceitação do sistema de avaliação vigente e sugestões de novas metodologias avaliativas





Fonte: (O autor, 2018).

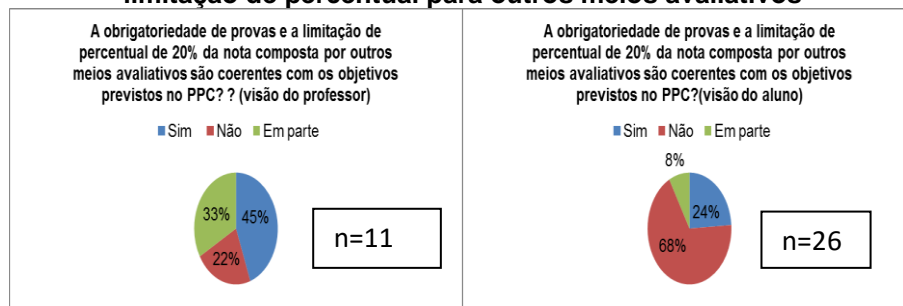
Seguem algumas justificativas apresentadas: 1. “Porque a prova como instrumento de avaliação só é capaz de mensurar a capacidade de resolução de questões em um momento específico. Deste modo, identificado o fracasso de forma individual após a correção, qualquer medida de acompanhamento se torna tardia”. 2. “Prova é uma forma eficiente, mas só ela muitas vezes não reflete a verdade sobre o aprendizado. Acredito que prova e outras formas de avaliação continuada são mais eficientes e estimulantes para os alunos serem mais participativos na disciplina”. 3. “Não se trata de "estar atento as diferenças individuais de cada aluno", mas o processo de aprendizagem que é individual. A prova cria um padrão geral de aprendizagem que é importante dentro de um mesmo grupo, porém limita a criatividade do aluno no processo avaliativo”.

Em seguida sugerem outras metodologias de avaliação: 1. “Acredito na avaliação continuada com atividades em sala de aula, valorando a participação ativa de cada aluno, além de trabalhos práticos que permitam ao aluno não apenas assimilar o conteúdo teórico, mas aplicar ele em atividades rotineiras, com acompanhamento e orientação do professor”. 2. “Atividade de campo supervisionada, a partir de casos concretos de Mediação de Conflitos bem sucedida, com produção de relatório. Entrevistas com policiais militares sobre sua atuação como mediador, com produção de relatório”.

Já para 88% dos alunos o sistema adotado é regular ou ruim, para eles: 1. “Nem sempre boas notas refletem a realidade de aprendizagem de cada aluno”. 2. “Só avalia quem decora mais”. 3. “Excesso de informações avaliadas de uma só vez”. Sugerem: 1. “Avaliação continuada com aplicação de trabalhos durante o curso”. 2. “Nota de conceito onde o professor dá a nota no dia-a-dia avaliando constantemente”. 3. “Cada matéria tem suas especificidades a serem avaliadas de maneira que individualize a evolução de cada discente”. 4. “Aumentar o percentual de 20% para 50% e que as provas sejam elaboradas de forma diferente, avaliando realmente o conhecimento do aluno e não meramente decorativa”.

No que tange à coerência da obrigatoriedade de provas e limitação em 20% da nota para outros meios avaliativos, mais de 50% dos professores responderam “não” ou “em parte”. Dentre as justificativas estão: 1. “Creio que este limite não ajuda na aferição da aprendizagem.” 2. “Porque contradiz o que está expresso: “O curso utilizará os diferentes métodos pedagógicos envolvidos no ensino da gestão de segurança pública”. A limitação das formas de avaliar são, por consequência, limitações dos métodos pedagógicos, já que a avaliação é parte integrante do processo”. 3. “Considero 20% pouco, o que acaba restringindo a criatividade do docente para buscar métodos alternativos de avaliação”.

Gráfico 5 – Coerência dos objetivos do PPC com a obrigatoriedade de aplicação de provas, limitação de percentual para outros meios avaliativos



Fonte: (O autor, 2018).

Na visão dos discentes mais de 70% considera essa obrigatoriedade e limitação incoerente com os objetivos, no todo ou em parte: 1. “Cada instrutor deveria ter liberdade para decidir qual melhor forma de avaliação para a sua disciplina”. 2. “O esforço de se desenvolver outros meios avaliativos é muito grande, para se ter pouca pontuação, sem contar as escalas de serviço que sobrecarregam o tempo”.

Essa obrigatoriedade de aplicação de provas é justificada pela necessidade de selecionar e classificar os alunos, conforme previsto no RE. As notas de curso influenciam na vida profissional do militar, no que tange à meritocracia, por exemplo, um policial militar que obteve nota maior em curso é considerado mais antigo no quadro de acesso para futuras promoções, tendo teoricamente, o benefício de concorrer à promoção primeiro que outro com nota menor. As notas por muitas vezes, foram utilizadas como prerrogativa para que aqueles melhor colocados possam optar pelos locais de lotação após conclusão do curso, mesmo sendo uma tradição (ou costume) não regulamentado.

Já no que tange a ocorrência de solicitação para que os métodos avaliativos fossem realizados de outra maneira e as atividades em sala melhor pontuados, 84% dos alunos foram categóricos ao afirmar que sim. Quanto às providências adotadas responderam: 1. “Pedimos para que em algumas disciplinas fizéssemos trabalho na segunda verificação para implementarmos o conhecimento repassado mas não tivemos êxito”. 2. “Foi solicitado outras formas de avaliação diferente das provas atuais”. 3. “Foi dito que a seção de ensino limita a pontuação que pode ser atribuída aos trabalhos”.

No mesmo sentido mais de 50% dos professores afirmaram que houve solicitação de mudança nos meios avaliativos e quanto ao procedimento adotado apresentaram tais justificativas: 1. “Foram informados das regras em vigência”. 2. “Foi solicitado que a avaliação da VC2 fosse somente o projeto que estava sendo desenvolvido e seria apresentado [...]”. 3. “Negociação em relação à porcentagem da nota das atividades em sala de aula, diminuindo o valor da prova”. 4. “Foi ofertado aos estudantes seminário correspondente a 20% da nota da primeira avaliação. No caso do CFO 2, a segunda avaliação foi completamente revista, sendo negociada com a turma o processo avaliativo que culminará em uma prova prática de resolução de problemas estatísticos utilizando cálculos através do Excel”. 5. “Foi esclarecido acerca do regulamento e definido valor determinado na norma”.

No presente estudo, restou comprovado que na visão dos professores o sistema de mensuração de desempenho quantitativo é a maneira mais eficiente de qualificar o resultado, tendo em vista o critério notas ser utilizado para a ascensão profissional na carreira. Na revisão de literatura foi demonstrado que os métodos de avaliação de várias instituições de ensino militares ou não, que oferecem cursos de especialização *stricto sensu*, há muito já abandonaram em suas normas e regulamentos esse sistema de notas. Na visão do aluno, mais de 70% vislumbram outros métodos mais adequados por tratar-se de MBA.

Considerando a avaliação como parte integrante do processo de ensino/aprendizagem, verifica-se que alguns fatores influenciam os resultados quantitativos, tais como motivação, cumprimento de escalas de serviço em data anterior às provas, cansaço, fadiga, entre outros. A pesquisa demonstrou que alunos e professores, consideram que as escalas influenciam nas notas e apresentam com muita frequência sinais de cansaço. Esse tipo de avaliação predominante, não considera o antes nem o depois da prova. Além das atividades acadêmicas, o aluno tem a atividade operacional, serviço interno e cumpre diversas frentes de serviço,

não sendo levado em consideração se ele trabalhou a madrugada inteira e no outro dia foi submetido a uma prova.

Quanto ao quesito motivação, mais de 80% dos alunos consideram que foi ruim ou regular. Já, a maioria dos professores considera que os alunos tiveram uma boa motivação. Por fim, como resultado de todo o processo na visão de mais de 80% dos alunos as disciplinas não atenderam ou atenderam em parte suas expectativas e necessidades, sendo que os professores consideram em sua totalidade que tiveram suas expectativas satisfeitas no todo ou em parte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura do país, pleno Estado Democrático de Direito, e com a evolução da realidade social e política, os órgãos policiais vêm valorizando, cada vez mais, a eficiência na prestação de serviços, por meio de ferramentas de gestão aplicadas à segurança pública. O *Master Business Administration* (MBA) em Gestão de Polícia Ostensiva, ministrado para os futuros oficiais, demonstra a preocupação da instituição em oferecer melhor formação técnica e profissional aos seus agentes, formando gestores cada vez mais preparados para os desafios de administrar essa importante corporação, integrante do sistema de segurança pública.

Verifica-se que embora muito se tenha progredido na Polícia Militar do Estado de Goiás no que tange ao ensino, é necessário também humanizar a prática avaliativa nos cursos de formação. O corpo docente das disciplinas do MBA é composto de profissionais com experiência na docência do ensino superior, além de possuírem vários títulos acadêmicos que qualificam o professor, tendo condições reais de avaliar continuamente os alunos.

Ante as características apresentadas pelo professor Luckesi (2005) e outros estudiosos que embasaram o presente estudo e os resultados obtidos, percebeu-se que a atual realidade mostra que o instrumento de avaliação do rendimento da aprendizagem utilizado e previsto nas normas de ensino, apresenta todas as características do ato de examinar: No instrumento utilizado para avaliar opera-se com o desempenho final do aluno policial militar, não considerando assim, o antes nem o depois da prova. Além das atividades discentes, como demonstrado, o aluno tem a atividade operacional, cumpre diversas escalas de serviço, não sendo levado em consideração se ele trabalhou a madrugada inteira e no outro dia foi

submetido a uma prova. É classificatório e seletivo, conforme já mencionado anteriormente, por força do próprio regimento de ensino. Assim, verifica-se claramente tratar-se de exame e não de avaliação.

Percebeu-se no conjunto de toda a revisão de literatura a importância da avaliação sistematizada e contínua, que estimula o aluno a produzir seu conhecimento, identificando suas limitações e potencialidades. Como sugestão, o aumento do percentual estabelecido para trabalhos, é uma saída que confere mais autonomia e permite ao professor variar os instrumentos de avaliação, acompanhando ativamente o desenvolvimento do aluno dia-a-dia.

Após discutir aspectos, características, definições e conceitos, a respeito de avaliação da aprendizagem, o ato de examinar, os instrumentos de avaliação conclui-se que é necessária uma mudança de paradigma para vencer a utilização preferencial do exame enraizada na educação tradicional. O CAPM está diante de um grande desafio, refletir sobre as práticas examinatórias adotadas e considerar a adoção de práticas avaliativas, que melhor diagnostiquem a aprendizagem do futuro gestor policial militar.

REFERÊNCIAS

BLAYA, Carolina. **Processo de Avaliação**. 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/tramse/med/textos/2004_07_20_tex.htm>. Acesso 15 de fevereiro de 2018.

BLOOM, BS, HASTINGS, T, MADAUS, G. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Instituto Militar de Engenharia. **Normas internas dos cursos de pós-graduação stricto sensu do IME**. Rio de Janeiro: IME, 2011. Disponível em: <https://http://www.ime.eb.br/arquivos/Pos_Graduacao/SE4/Materiais/NICPG.pdf>. Acesso 15 de fevereiro de 2018.

_____. Escola de Guerra Naval. **Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos**. Rio de Janeiro: EGN, 2013a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/ppgem/files/regulamento_ppgem.pdf>. Acesso 15 de fevereiro de 2018.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: SENASP, 2014.

_____. Escola de Guerra Naval. **Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos**. Rio de Janeiro: EGN, 2013a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/ppgem/files/regulamento_ppgem.pdf>. Acesso 15 de fevereiro de 2018.

_____. Instituto Tecnológico da Aeronáutica. **Normas reguladoras para os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* do ITA**. São José dos Campos: ITA, 2013b. Disponível em: <<http://www.ita.br/sites/default/files/pages/collection/NOREG%202009.pdf>>. Acesso 15 de fevereiro de 2018.

BISPO, Marcelo de Souza. **Artigos como avaliação discente em disciplinas de pós-graduação: instrumento educativo ou subsistema de linha de montagem?** Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16793951201600040100>. Acesso 15 de fevereiro de 2018.

GOIÁS. **Manual do aluno de pós-graduação**. Goiânia: IPOG, 2016. Disponível em: <<https://www.ipog.edu.br/arquivos/downloads/e-book-manual-do-aluno-pos-graduacao-2018-71217410.pdf>>. Acesso 15 de fevereiro de 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Goiânia: PMGO, 2017a. Arquivo PDF.

_____. **Resolução nº 50 de 2017 do Conselho Estadual de Educação**. Goiânia: CEE, 2017b. Arquivo PDF.

_____. **Regimento de Ensino**. Goiânia: PMGO, 2017c. Arquivo PDF.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso - *Master Business Administration* (MBA) em Gestão de Polícia Ostensiva**. Goiânia: PMGO, 2017d. Arquivo PDF.

HEMANN, Egon Ferreira Platt. **O emprego legítimo da força letal na atividade policial como medida extrema de preservação da ordem pública**. 2007. Florianópolis. Disponível em: <<http://biblioteca.pm.sc.gov.br/pergamum/vinculos/000001/00000110.pdf>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: visão geral**. 2005. Disponível em: <http://www.lecschool.com.br/v1/biblioteca/eduart_avaliacao_entrev_paulo_camargo_2005.pdf>. Acesso: 13 de fevereiro de 2018.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. Ed. Revista – Campinas, SP, 2011.

PEREIRA, Elio Gomes. **A criação da Academia de Polícia Militar de Goiás (1970-2000)**. 2012. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/03__A_Cria%C3%A7%C3%A3o_da_Academia_da_Pol%C3%ADcia_Militar_de_Goi%C3%A1s_-_Elio_Gomes_Pereira.pdf> Acesso: 13 de janeiro de 2018.

PEREIRA, Elio Gomes. **O ensino na Academia da Polícia Militar de Goiás: Matrizes curriculares: Mudanças e permanências 1970 – 2012**. Goiânia: 2014.

ROMANOWSKI, Joana Paulim, WACHOWICZ, Lílian Anna. **Processos de ensinagem na universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. In: ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo. SC: UNIVILLE, 2003.

SALOMÃO, Dennys. **Metodologia de ensino ativo**. São Paulo, 2016. Disponível em: <www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/CompartilheDocencia/article/.../987/906> Acesso: 13 de janeiro de 2018.

SANCHES, Clives Pereira. **Nova matriz curricular do Curso de Formação de Oficiais: uma adequação ao perfil profissiográfico do chefe de polícia ostensiva da PMGO** / Clives Pereira Sanches; Emerson do Nascimento Sousa – Goiânia, 2008. Disponível em: <<http://revista.ssp.go.gov.br/index.php?journal=rebesp&page=article&op=view&path%5B%5D=78>> Acesso: 11 de janeiro de 2018.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**. São Paulo: Avercamp, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/280/263>> Acesso: 13 de janeiro de 2018.

SÃO PAULO. **Técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem e de desenvolvimento acadêmico geral; o sentido ético da avaliação; reflexões conclusivas**. São Paulo: 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/365747/mod_resource/content/1/Disciplina%20On-line-avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso 15 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO 1 (PROFESSOR)**

Prezado professor, o presente questionário objetiva a coleta de dados referente aos procedimentos de avaliação das disciplinas do *Master Business Administration* (MBA) em Gestão de Polícia Ostensiva do Curso de Formação de Oficiais.

Responda as questões e faça os comentários que julgar necessários para a melhoria dos instrumentos utilizados, de acordo com a disciplina ministrada, levando em consideração a proposta curricular, a justificativa e os objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

NOME: _____

DISCIPLINA: _____

INSTITUIÇÃO A QUE PERTENCE: _____

FAIXA ETÁRIA:

() 20 a 30

() 31 a 40

() 41 ou mais

() outros

1. Quais os instrumentos de avaliação utilizados na disciplina?

2. Os instrumentos de avaliação utilizados atendem aos objetivos e a justificativa do curso no que tange à metodologia de ensino ativo?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

3. O sistema de avaliação adotado permite o acompanhamento continuado do aluno?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

4. O professor possui autonomia para realizar a avaliação?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

5. O sistema adotado para avaliar o rendimento do discente, previsto no PPC é:

() bom

() regular

() ruim

6. A obrigatoriedade de provas e a limitação de percentual de 20% da nota composta por outros meios avaliativos são coerentes com os objetivos previstos no PPC?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

7. A prova como instrumento de avaliação é o método mais adequado para que o professor possa estar atento as diferenças individuais de cada aluno, estimulando para que cada um se desenvolva da melhor maneira?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

8. Há outra(s) metodologia(s) de avaliação que possam permitir o melhor desenvolvimento do aluno na disciplina ministrada?

() sim

() não

Caso sim, qual(is):

9. Considerando tratar-se de MBA, o sistema de mensuração de desempenho quantitativo (0,0 a 10,0) é a maneira mais eficiente de qualificar o resultado em sua disciplina?

() sim

() não

() em parte

10. Caso sua resposta a pergunta anterior tenha sido não, ou em parte, qual(is) outros métodos seriam mais adequados?

() Conceitos A, B, C, D e E

() Conceitos Insuficiente, Regular, Bom, Ótimo e Excelente

() Apto ou Inapto

() Outros: _____

11. De forma qualitativa, sem considerar o critério de notas (quantitativo) utilizado, o rendimento dos alunos na aprendizagem das disciplinas foi?

() bom

() regular

() ruim

12. O desenvolvimento geral da disciplina atendeu suas expectativas e necessidades?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

13. Você considera que todos os alunos tiveram as mesmas condições para ter um aproveitamento quantitativo (notas) satisfatório?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

14. As escalas de serviço cumpridas pelos alunos em data anterior às provas influenciam nos resultados quantitativos (notas)?

() sim

() não

() em parte

15. A motivação dos alunos (impulso que faz com que as pessoas ajam para atingir seus objetivos) para participar das atividades em sala de aula, foi:

() boa

() regular

() ruim

16. Com que frequência os alunos apresentam sinais de cansaço, fadiga e sono? Ex: dormir em sala de aula, dificuldade de concentração, etc.

- muita frequência
- pouca frequência
- nunca

17. Houve solicitação por parte dos alunos para que as avaliações fossem realizadas de outra maneira ou os trabalhos realizados em sala melhor pontuados?

- sim
- não
- em parte

18. Caso sua resposta à questão anterior tenha sido sim ou em parte, qual o procedimento adotado?

QUESTIONÁRIO 2 (ALUNO)

Prezado aluno, o presente questionário objetiva a coleta de dados referente aos procedimentos de avaliação das disciplinas do *Master Business Administration* (MBA) em Gestão de Polícia Ostensiva do Curso de Formação de Oficiais.

Responda as questões e faça os comentários que julgar necessários para a melhoria dos instrumentos utilizados, de acordo com as disciplinas ministradas, levando em consideração a proposta curricular, a justificativa e os objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

FAIXA ETÁRIA:

- () 20 a 30
 () 31 a 40
 () 41 ou mais
 () outros

POSSUI ALGUMA FORMAÇÃO ALÉM DO CURSO DE DIREITO?

- () sim QUAL? _____
 () não

1. No contexto geral, quais os instrumentos de avaliação mais utilizados nas disciplinas?

2. Os instrumentos de avaliação utilizados atendem aos objetivos e a justificativa do curso no que tange à metodologia de ensino ativo?

- () sim
 () não
 Por quê?

() em parte

Por quê?

3. O sistema de avaliação adotado permitiu o acompanhamento continuado do aluno pelo professor?

- () sim
 () não
 Por quê?

() em parte

Por quê?

4. Na sua visão, o professor possui autonomia para realizar a avaliação?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

5. O sistema adotado para avaliar o rendimento do discente, previsto no PPC é:

() bom

() regular

() ruim

6. A obrigatoriedade de provas e a limitação de percentual de 20% da nota composta por outros meios avaliativos são coerentes com os objetivos previstos no PPC?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

7. A prova como metodologia de avaliação permitiu ao professor estar atento às diferenças individuais de cada aluno, estimulando para que cada um se desenvolva da melhor maneira?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

8. Há outra(s) metodologia(s) de avaliação que possam permitir o melhor desenvolvimento do aluno nas disciplinas ministradas?

() sim

() não

Caso sim, qual(is):

9. Considerando tratar-se de MBA, o sistema de mensuração de desempenho quantitativo (0,0 a 10,0) é a maneira mais eficiente de qualificar o resultado?

() sim

() não

() em parte

10. Caso sua resposta a pergunta anterior tenha sido não, ou em parte, qual(is) outros métodos seriam mais adequados

() Conceitos A, B, C, D e E

() Conceitos Insuficiente, Regular, Bom, Ótimo e Excelente

() Apto ou Inapto

() Outros: _____

11. De forma qualitativa, sem considerar o critério de notas (quantitativo) utilizado o seu rendimento na aprendizagem das disciplinas foi?

() bom

() regular

() ruim

12. As disciplinas atenderam suas expectativas e necessidades?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

13. Você considera que você e seus colegas tiveram as mesmas condições para ter um aproveitamento quantitativo (notas) satisfatório?

() sim

() não

Por quê?

() em parte

Por quê?

14. As escalas de serviço em data anterior às provas influenciam nos resultados quantitativos (notas)?

() sim

() não

() em parte

15. Sua motivação (impulso que faz com que as pessoas ajam para atingir seus objetivos) para participar das atividades em sala de aula, foi:

() boa

() regular

() ruim

16. Você considera a classificação por notas, oriundas do curso de formação, um critério justo para as promoções?

() sim

() não

() em parte

17. Com que frequência você e seus colegas apresentam sinais de cansaço, fadiga e sono? Ex: dormir em sala de aula, dificuldade de concentração, etc.

() muita frequência

() pouca frequência

() nunca

18. Houve solicitação por parte dos alunos ao professor para que as avaliações fossem realizadas de outra maneira ou os trabalhos realizados em sala melhor pontuados?

() sim

Qual o procedimento adotado?

() não

() em parte

ANEXO I

TÉCNICA	INSTRUMENTOS	OBJETIVOS BÁSICOS
Observação	Registro de Observação Fichas Anedotário	Acompanhar o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos.
Inquirição	Questionário Inventário Escala de Atitudes Entrevista Sociograma	Compreender as percepções, sentimentos e necessidades dos alunos.
Pesquisa	Textos Relatórios Leituras Exercícios Registros	Promover a argumentação, a crítica, a análise e a autonomia do aluno.
Auto-avaliação	Registro da auto-avaliação	Desenvolver a percepção sobre si mesmo em relação ao que é capaz de realizar no contexto.
Portfólio	Registros pessoais e das aulas	Possibilitar registros e as experiências significativas do aluno.
Testagem	Prova Oral Prova Escrita <ul style="list-style-type: none"> • dissertativa • objetiva 	Coletar informações sobre as aprendizagens do aluno nos aspectos analítico-descritivos.

Quadro 1 – Instrumentos de avaliação

Fonte: (SÃO PAULO, 2013).